

AGOSTINHO: RUMO A UMA RAZÃO AFETIVA

Mariana Paolozzi Sérvulo da Cunha
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: O objetivo deste artigo é caracterizar a razão agostiniana a fim de demarcar o significado da filosofia para Agostinho e a racionalidade com a qual opera. A razão sempre acompanha-se, de modo indissociável, da vontade/amor; nesse sentido podemos nos referir a ela como uma razão afetiva. Pretende-se apenas trazer à luz importante aspecto do pensamento agostiniano, por meio de alguns textos que permitam fundamentar e esboçar a ideia de uma 'razão afetiva', expressão, aliás, não empregada por Agostinho, mas que, a nosso ver, traduz muito de seu pensamento: a intelecção exige vontade/amor.

Palavras-chave: Agostinho, razão afetiva, conhecimento, vontade, amor

Abstract: This articles analyzes reason in Augustine's thought with a view to demarcating his conception of philosophy and rationality. As for this author reason is inextricably associated with will/love, we claim that it can be understood as an affectionate reason. Even though he himself does not use this term, we present evidence that it manages to capture the meaning of a recurring, key idea in his works: intellection requires will/love.

Keywords: Augustine, affectionate reason, knowledge, will, love

O objetivo deste artigo é caracterizar a razão agostiniana a fim de demarcar o significado da filosofia para Agostinho e a racionalidade com a qual opera. Em Agostinho a razão divide sua primazia, na alma, com a memória e a vontade/amor. Não aprofundaremos aqui o significado e papel da memória, ao menos está claro que não há intelecção sem o seu uso, mas o enfoque será posto na relação da razão com a vontade/amor visto não haver, também, intelecção sem vontade/amor.

Por que mais exatamente uma razão afetiva? Diferentemente do intelectualismo grego, o papel da vontade/amor, em Agostinho, é tão predominante quanto o da razão.¹ Melhor dizendo, a razão sempre acompanha-se, de modo indissociável, da vontade/amor; nesse sentido podemos nos referir a ela como uma razão afetiva. A razão, juntamente com a vontade/amor, e a memória, são consideradas por Agostinho a essência da alma.² Como veremos adiante, todo amor é uma vontade intensa, e toda vontade implica um amor em potencial, daí a associação vontade/amor.

É um tanto imprudente abordar esse tema de modo breve, porém pretende-se apenas trazer à luz importante aspecto do pensamento agostiniano, por meio de alguns textos que permitam fundamentar e esboçar a ideia de uma ‘razão afetiva’, expressão, aliás, não empregada por Agostinho, mas que, a nosso ver, traduz muito de seu pensamento: a intelecção exige vontade/amor. Os termos razão, vontade e amor fazem parte de nosso vocabulário corrente, mas é preciso se precaver contra problemas de homonímia e de generalização. Inicialmente serão apresentados alguns esclarecimentos sobre a razão e amor, em seguida sobre a vontade.

Ratio e *amor* possuem em Agostinho, conforme o contexto, significados variados, como também são empregados diversos vocábulos para se lhes referir. Por exemplo, a razão às vezes é adjetivada como *superior*, ou *inferior* conforme sua função (a inferior dirige-se ao mundo sensível, a superior, ao inteligível), e também é empregada, em alguns contextos, como sinônimo de *intellegentia* ou *spiritus*. Nessa acepção a razão é aquilo, no ser humano, que lhe é único e individual (marca de sua ‘pessoalidade’) e o que possui de mais elevado, aquilo por meio do que conhecemos as coisas, conforme discutido anteriormente.

O amor, por sua vez, também possui gama variada de significados, conforme o contexto e o termo que o defina. Agostinho utiliza-se de três vocábulos para referi-lo: *charitas*, *dilectio* e *amor*. Em *De civitate Dei* XIV, 6, defende o uso desses três termos como sinônimos:

De quem tem propósito de amar a Deus e ao próximo como a si mesmo, não segundo o homem, mas segundo Deus, se diz ser de boa vontade por esse amor. Nas Sagradas Letras o nome mais

¹ Sobre a importância da vontade e sua relação com a razão ver: BERMON, E. *Le cogito dans la pensée de Saint Augustin*. Paris: Vrin, 2001; CUNHA, M. P. S. *O movimento da alma: a invenção por Agostinho do conceito de vontade*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

² A respeito do significado preciso dessa afirmação, ver a discussão da imagem de Deus no ser humano, em, por exemplo *A Trindade* l. X e XIV-XV.

corrente de tal afeto é o de caridade, mas chamam-no também de amor... Julguei-me no dever de recordar tudo isso precisamente por alguns pensarem que uma coisa é dileção ou caridade e outra o amor. Dizem dever-se tomar em bom sentido a dileção e em mau o amor... Já mostramos que a palavra “amor” também se usa em bom sentido.

Apesar dessa afirmação, encontramos em algumas passagens da obra agostiniana uma variação no emprego dessa terminologia. Por exemplo, na questão 35 (*De diversis quaestionibus* 83, 35, 2), escrita durante os anos 388-395/6 (portanto anteriormente ao *De civitate Dei*, do ano 413), as palavras *charitas* e *dilectio* são reservadas, preferivelmente, ao amor bom: “*Amor autem rerum amandarum, charitas vel dilectio melius dicitur*”.

Visto haver amores bons, também haveria amores maus, e levando em conta que *amor* e *charitas* podem ser considerados termos correspondentes, deve haver, também, caridades boas ou más; todavia, apenas excepcionalmente Agostinho falará em caridades ilícitas.

E, por fim, para concluir essas observações terminológicas, apesar dos três termos citados poderem se corresponder, o vocábulo *amor* seria o mais adequado para se referir ao amor do bem e do mal; o termo *dilectio*, apesar de aludir também ao amor desregrado, seria reservado para designar mais exclusivamente o amor ao bem (“*omnis dilectio, sive quae carnalis dicitur, quae non dilectio, sed magis amor dici solet (dilectionis enim nomen magis solet in melioribus rebus dici, in melioribus accipi)*”), *In Epist. Joan. ad Parthos*, VIII, 5).³

Usualmente o amor é tido por nós como sentimento, afeto. Em a *Cidade de Deus* vimos Agostinho empregando o termo *afectus* para referi-lo. No entanto, sendo incorporeal, o amor também é considerado substância ou espírito, sentido inusual para nós (*De trin.* IX, II, 2: “*Et si aliqua substantia est amor, non est utique corpus sed spiritus...*”, ver também XI, V,9).

O amor humano é substancial por participar da estabilidade da natureza divina, mas dela se diferencia por estar em movimento. Essas são importantes características de um pensamento centrado em revelações bíblicas do gênero: “*Deus é amor*”⁴, “*Deus é espírito*”⁵. Ao longo de sua vida Agostinho meditou sobre essas temáticas, buscando formas e

³ GILSON, E. *Introduction à l'Étude de saint Augustin*. Paris: Vrin, 1982, p. 177, nota 2.

⁴ 1 Jo 4,8.

⁵ s Jo 4,24.

expressões próprias que mostrassem o significado e alcance desses ensinamentos cristãos.

Feitas essas observações preliminares a fim de contextualizar a discussão, passemos à indissociabilidade da razão com o amor: o forjar de uma ‘razão afetiva’, seu significado e funcionamento.

Basicamente procuraremos descrever a razão afetiva através da explicação sobre o amor e sua finalidade, isso nos permitirá apreender seu *modus essendi et operandi*. O amor requer e visa o conhecimento. Só podemos amar aquilo que, se não conhecemos totalmente, ao menos em parte conhecemos; no entanto, por si só, o amor não tem a capacidade de conhecer. Assim, para sua realização, depende da razão e é auxiliado por ela. Mas o amor também, conforme Agostinho, almeja a fruição e a posse do que é amado. Partiremos então para o aprofundamento da discussão do amor e sua realização em seus componentes indispensáveis: fruição, posse, conhecimento.

Posteriormente serão analisados os papéis da vontade/amor em algumas etapas do processo de aquisição de conhecimento. Procurar-se-á também explicitar o sentido da asserção ‘conhecer completamente é amar e amar completamente é conhecer’, a partir da advertência de que é preciso esvaziar essa fórmula de sentimentalismo. Após o exame dessas questões, e para finalizar, a discussão se voltará, brevemente, à influência da razão afetiva na ação humana.

O amor, em um de seus aspectos, é considerado uma vontade mais forte, a vontade em toda sua força (“...*voluntatem nostram, vel amorem seu dilectionem quae valentior est voluntas*” – “...*a nossa vontade ou nosso amor ou dileção, que é a mesma vontade com força maior*”).⁶

Onde há vontade existe um amor em potencial. Se todo amor é vontade intensa, nem toda vontade é amor. A vontade pode não se transformar em amor, mas todo amor origina-se dela: é sempre uma vontade/amor (o amor sempre provém da vontade). Eis porque, ao falar sobre o amor, será preciso compreender a vontade.

Ao atingir aquilo que é desejado, a vontade, convertendo-se em amor, encontra quietude e desfruta daquilo que é amado. Quando a vontade, transformada em amor, atinge seu fim, alcança complacência (satisfação). O itinerário da vontade e do amor é singular e próprio a cada pessoa, configurando, assim, a vida individual. Se, por um lado, a vontade sempre anseia fruir, o amor, por sua vez, é fruição.

⁶ *De Trin.* XV, XXI, 41.

Mas, para Agostinho, além da fruição, o objetivo do amor está ligado ao conhecimento e à posse. Ressaltando, o amor exige três elementos imprescindíveis: fruição, conhecimento e posse do que é amado. Como lemos em *De diversis quaestionibus* (83, 35, 2), a finalidade do amor é “*conhecer e possuir algo de eterno*”. Importa, porém, esclarecer o significado da afirmação. Conforme dito, o vínculo do amor com o conhecimento pode ser facilmente constatado, na medida em que só podemos amar (ou apetecer) aquilo que conhecemos, ao menos parcialmente. Todavia, se uma finalidade do amor é conhecer, não é propriamente o amor quem conhece (ele não está dotado dessa capacidade), mas sim a razão, associada ao amor – a razão afetiva. Novamente, só podemos amar aquilo que conhecemos e esse conhecimento é operacionalizado por meio da razão. Completando a explicação de Agostinho sobre o objetivo do amor: conhecer e possuir o transitório não basta à satisfação humana, pois tudo que não é permanente pode ser subtraído do amor, apenas o eterno não pode ser tomado do amor (“*Aeternum est enim, de quo solo recte fiditur, quod amanti auferri non potest*”; *ibidem*). De modo que, se a finalidade do amor também é fruição, nem tudo deve ser objeto do amor (único meio de evitar a perda do que é amado).⁷

Dizer que é necessário querer amar e conhecer somente o bem que não pode nos fazer falta enquanto amamos e conhecemos (posse), é dizer que antes de tudo deve-se amar aquilo que *sempre* está presente, é referir-se à plena ordenação do amor (*ordo amoris*): esse bem é acima de tudo Deus. Em outras palavras, o que não pode ser tomado do amor e sempre está presente é Deus, que, por não ser matéria, apenas é possuído enquanto conhecido, isto é, só é possuído pelo conhecimento.⁸

Entretanto, se só conhecemos aquilo que nos é presente (ou fisicamente ou presente à nossa razão e memória), e se, respeitando a *ordo amoris*, devemos antes de tudo amar aquilo que *sempre* está presente (isto é, Deus), por outro lado podemos também nos recusar a conhecer o que se apresenta a nós. O ato do conhecimento é essencialmente volitivo: eis a força da razão afetiva.

Não cabe aqui desenvolver, em poucas linhas, a abrangente temática do conhecimento de Deus como finalidade do amor, esparsa ao longo da obra agostiniana. Optamos por outra via. Dando um passo adiante na

⁷ Há coisas que devem ser utilizadas e outras das quais devemos fruir: o tema *uti/frui* encontra-se sintetizado em *A doutrina cristã* I, 3-4.

⁸ “*Cujus ergo rei amor amandus est, nisi ejus quae non potest deesse dum amatur? Id autem est, quod nihil est aliud habere quam nosse*” (*Quaestiones* 83, 35).

descrição de alguns aspectos da natureza e funcionamento da razão afetiva, poderíamos nos perguntar quais seriam as principais etapas do processo de aquisição de conhecimento, que por si mesmas expressam a intrínseca relação entre a razão e o amor.

Nesse sentido importa esclarecer de que modo a concepção agostiniana de razão vincula-se indissociavelmente à noção de amor e nos remete à concepção do bem (razão/amor/bem). No processo de aquisição de conhecimento, a articulação desses termos é clara para Agostinho, pois só podemos conhecer plenamente aquilo que amamos e esse conhecimento (“amoroso”) implica em saber quão bom é um bem: “Todavia, ninguém pode ter ou conhecer completamente um bem que não é amado. Quem pode conhecer o quanto é bom aquilo de que não frui? Porém, não frui se não ama...”⁹.

Para Agostinho, o mundo, como criação,¹⁰ é concebido como um conjunto de bens (há, no entanto, os bens máximos, médios e mínimos). Conhecer um bem implica saber o quanto é bom: conhecer é reconhecer um bem, e sabemos que é um bem – isto é, o quanto é bom – fruindo dele; em outras palavras, amando-o. Eis porque é possível falar em uma razão afetiva. A razão tem como alvo o conhecimento, e, para Agostinho, *conhecer plenamente é amar* (se o amor é o conhecimento de quão bom é um bem, conhecer nada mais é do que saber, fruindo, o quanto um bem é bom). Logo, pode-se dizer que o objetivo da razão, o conhecimento, é o amor (ou: ‘conhecimento total é amor’). [888]

Tomemos a asserção ‘conhecer completamente é amar’.¹¹ É possível invertê-la sem prejuízo de significado: “conhecer completamente é amar (é saber quão bom é um bem)” e “amar completamente é conhecer (é saber quão bom é um bem)”. Chega-se aqui a uma dupla fórmula que, possuindo reciprocidade, contribui para a compreensão do *modus essendi* da razão afetiva. O conhecimento ocorre por meio da razão, enquanto amamos por meio do amor. Mas razão e amor se interrelacionam, dado que “conhecer completamente é amar, e amar completamente é conhecer”. Em outras palavras, estamos falando de uma razão que juntamente com o amor, ama, isto é, conhece; e um amor que, juntamente com a razão, conhece

⁹ *Quaestiones* 83, 35: “*Quaeritur quomodo non amatur, nemo potest perfecte habere vel nosse. Quis enim potest nosse quantum sit bonum, quo non fruatur? Non autem fruatur, si non amat: nec habet igitur quod amandum est, qui non amat: etiam si amare possit, qui non habet. Nemo igitur beatam vitam novit, et miser est: quoniam si amanda est, sicuti est, hoc est eam nosse quod habere.*”

¹⁰ A criação é entendida como a doação de ser, pelo Ser, aos seres. Estabelece-se uma relação entre o Bem e o Ser, e os bens e os seres.

¹¹ Ninguém pode ter ou conhecer completamente (*perfecte*) um bem que não é amado. Assim, também há graus de conhecimento.

(recordando: não se ama o que não se conhece). De modo que, se é possível chegar afirmar que o objetivo da razão é o amor (no sentido explicitado acima), ao longo desse estudo vimos querendo também enfatizar que a própria razão quanto a sua maneira de ser (e antes de inteligir) está atrelada à vontade/amor: não há inteligência sem vontade/amor. A razão é razão afetiva não só porque visa o amor, mas também porque em sua natureza não pode ser separada dele. A razão associada ao amor, ama; isto é conhece; por outro lado a razão sozinha, isto é, sem vontade/amor, não ama, isto é, não conhece (desiste do conhecimento). Enfim, a razão pode ser considerada razão afetiva quanto a sua essência e finalidade.

Aqui cabe uma advertência. Como apreender sem equivocar-se o sentido da asserção “conhecer completamente é amar e amar completamente é conhecer”? É necessário precaver-se contra a pieguice, e essa fórmula pode nos soar ridiculamente sentimental. O contexto agostiniano, principalmente quando nos referimos ao amor e sua ligação com o conhecimento, sempre possui o pano de fundo ontológico (distante de nosso sentimentalismo).

Avancemos em nossa reflexão. Na busca do conhecimento, a razão afetiva é primordialmente impulsionada pela vontade. Ela é o impulso inicial na aquisição do conhecimento e pode desembocar no amor (como resultado), fechando-se o ciclo do processo de conhecimento. Note-se que o amor é vontade quando falta aquilo que é amado; fruição quando o que é amado está presente.

Para elucidar o que foi dito, recorramos a algumas passagens da obra *De Trinitate*,¹² onde Agostinho discute o tema minuciosamente. Por exemplo, no processo de aquisição de conhecimento da realidade sensível, a vontade e o amor têm um papel de união, porém lhes é reservada não só essa função, mas também a de separação. Vejamos o que isso significa através da interação entre a *memoria (sensibilis)*, a *uisio (interior)* e a *uoluntas*.

Do mesmo modo que a vontade leva o sentido (visão) em direção ao corpo quando o notamos, não estando mais o corpo presente e querendo nos lembrar dele, a vontade aplica o olhar interior do pensamento à memória, onde pode restar uma imagem do corpo. Mas a vontade, que aproxima esses termos e os une (isto é, os sentidos ao corpo, ou o olhar interior do pensamento à imagem do corpo na memória), pode ser também aquilo que os divide e separa. No caso da percepção sensível, é, por exemplo, através de um movimento do corpo que a vontade pode separar os sentidos daquilo

¹² Cf. I.XI,III, 6.

que é percebido, a fim de impedir a percepção ou interrompê-la; no caso do olhar interior do pensamento e da memória (isto é, da lembrança do corpo), basta que, através da vontade, desvie-se o pensamento para algo diverso da imagem do corpo retida na memória para haver ruptura do processo cognitivo (que também ocorre por rememoração).

Resta salientar que no processo cognitivo o papel do amor, inicialmente como vontade, e depois, em uma etapa final, como fruição (o saber quão bom é um bem), ocorre apenas como uma possibilidade: esse ciclo pode ou não se concluir. Uma vez que, na aquisição do conhecimento, ao amor enquanto vontade está destinada não somente a função de unir como também a de separar, a vontade pode ou não estimular a aquisição de conhecimento pela razão.

Ao afirmar-se o vínculo do conhecimento com a vontade/amor, sobressai a originalidade de Agostinho. Ele explicita e ressalta, no campo do conhecimento, a atuação de elementos não analisados anteriormente: a vida “intelectual” constitui-se como expressão de uma razão afetiva.

E, para finalizar esta seção, assinalemos a importância da razão afetiva na ação humana. Se, por um lado, a razão isoladamente não determina os atos humanos (posso agir à revelia do que a razão me aponta como sendo o melhor), agimos através de uma razão afetiva: a vontade, ou amor, impelem a ação (não apenas a aquisição do conhecimento). O amor, atrelado à razão, é para Agostinho princípio de movimento do agir. Ele é o peso dos seres humanos (sua lei de gravidade), que os conduz a seus lugares:

O corpo tende, sob a ação de seu peso, em direção ao lugar que lhe é próprio. Mas seu peso não o leva forçosamente para baixo, ele vai em direção ao lugar que é seu. O fogo sobe, a pedra desce. Colocados em movimento pelo seu peso, adquirem seus respectivos lugares... Meu peso é meu amor. Para qualquer lugar que eu seja levado, é ele que me leva.¹³

Os elementos racionais e afetivos atuam simultaneamente no agir humano, e isso contrasta com a visão que afirma a possibilidade da primazia de uma razão soberana na determinação dos atos humanos. Conforme seus amores o ser humano dirige-se a diferentes lugares, conforme seus amores

¹³ Conf. XIII, IX, 10.

desenrola-se sua vida; em uma escala maior, é possível também compreender a história através deles.¹⁴

A intenção aqui foi esboçar o funcionamento e natureza da razão afetiva, suas relações com o conhecimento e com a ação humana. Em suma, se em Agostinho a filosofia implica o amor à sabedoria, ela move-se orientada por uma razão afetiva.

Referências

- AUGUSTINUS, *De ciuitate dei libri uiginti duo*. Corpus Christianorum, Series Latina 47. Turnholt: Brepols, 1955.
- _____. *Confessionum libri XIII*. Corpus Christianorum, Series Latina 27. Turnholt: Brepols, 1990.
- _____. *De diuersis quaestionibus octoginta tribus liber unus*. Corpus Christianorum, Series Latina 44A. Turnholt: Brepols, 1975.
- _____. *De doctrina christiana libri quattuor*. Corpus Christianorum, Series Latina 32. Turnholt: Brepols, 1990.
- _____. *De trinitate libri quindecim*. Corpus Christianorum, Series Latina 50-50A. Turnholt: Brepols, 1968.
- AGOSTINHO, Santo. *Cidade de Deus*. São Paulo: Vozes, 1990.
- _____. *Confissões*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Col. Os Pensadores).
- _____. *A doutrina cristã*. São Paulo: Paulus, 2002.
- _____. *A Trindade*. São Paulo: Paulus, 1995.
- BERMON, E. *Le cogito dans la pensée de Saint Augustin*. Paris: Vrin, 2001.
- CUNHA, M. P. S. *O movimento da alma: a invenção por Agostinho do conceito de vontade*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.
- GILSON, E. *Introduction à L'Étude de saint Augustin*. Paris: Vrin, 1982.

Email: marianapaolozzi1@gmail.com

Recebido: 05/2013

Aprovado: 02/2014

¹⁴ Em a *Cidade de Deus* Agostinho discorre sobre o surgimento de duas cidades, conforme dois amores (XIV, 28): o amor próprio funda a cidade terrena, e o amor a Deus a celestial. Esta busca a glória a Deus, e a primeira a glória dos indivíduos.